



abralic

experiências literárias textualidades contemporâneas

A PRESENÇA DOS ESTUDOS DE LITERATURAS ESTRANGEIRAS NOS ENSAIOS CRÍTICOS DE ÁLVARES DE AZEVEDO: PRIMÓRDIOS DO COMPARATISMO NO BRASIL.

Natália Gonçalves de Souza Santos (USP/FAPESP)

RESUMO

Álvares de Azevedo (1831-1852) nos legou quatro ensaios críticos, que funcionam como um complemento de sua atividade literária, e nos quais desenvolveu questões caras ao movimento romântico. Neles, nota-se a leitura atenta que ele faz dos periódicos literários em circulação no período, sobretudo os de origem francesa, e que se materializa por meio de citações, que contribuem com o debate ali proposto. Desse conjunto, selecionamos, para este artigo, o ensaio “Literatura e civilização em Portugal”, por ser aquele em que as referências textuais são mais acentuadas, explicitando o diálogo com um grupo específico de escritores franceses, nomeados às cadeiras universitárias de literaturas estrangeiras, inauguradas na França em 1830.

Considerados como ancestrais da literatura comparada do século XX, essas disciplinas iniciam uma primeira onda institucional e sistemática de investigação comparatista, em território francês, que se apoia, em larga escala, nas reflexões oriundas da Alemanha. Combinando filologia, historicismo e teoria dos espíritos nacionais, tais estudos ofereceram uma perspectiva cosmopolita para se pensar a literatura, que é pertinente num contexto político, nem sempre pacífico, de constituição de nações. Esse cosmopolitismo se baseia na diferença como traço comum entre diversas comunidades, pontuando que o reconhecimento de si se dá por meio de um processo de alteridade, no qual a interdependência cultural e a circulação de ideias são imprescindíveis.

Ao citar artigos de Jean-Jacques Ampère, Xavier Marmier e Edgar Quinet, por exemplo, professores de literaturas estrangeiras que publicaram na *Revue des deux mondes*, na década de 1830, Álvares de Azevedo parece compartilhar dessa perspectiva de abertura ao exterior, na tentativa de proposição de um projeto literário múltiplo à literatura brasileira, não circunscrito ao localismo. Portanto, nosso objetivo é analisar a apropriação desse arcabouço teórico feita pelo autor brasileiro e como isso contribui para a discussão proposta em “Literatura e civilização em Portugal”.

Palavras-chave: Álvares de Azevedo. Periodismo. Literaturas estrangeiras. Transferência cultural

Essa comunicação insere-se no quadro da pesquisa de doutorado intitulada “Um leitor inconformado: Álvares de Azevedo e o periodismo do século XIX”, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo, orientada pelo Prof. Dr. Eduardo Vieira Martins e financiada pela FAPESP. Seu objetivo principal é o estudo da recepção de textos veiculados, sobretudo pela imprensa francesa, nos ensaios críticos do escritor romântico Álvares de Azevedo.

Desse conjunto, composto por “Alfredo de Musset: Jacques Rolla”, “George Sand: Aldo o rimador”, “Lucano” e “Literatura e civilização em Portugal: fase heroica e fase negra”, selecionamos esse último, para essa exposição, por ser aquele em que as referências textuais (citações diretas, notas de rodapé e/ou paráfrases referenciadas) são mais recorrentes, explicitando, entre outros, o diálogo com um grupo específico de escritores franceses, nomeados às cadeiras universitárias de literaturas estrangeiras, inauguradas na França em 1830. Ao lado de Abel-François Villemain, nomes como os de Jean-Jacques Ampère, Xavier Marmier e Edgar Quinet figuram historicamente como os ancestrais da literatura comparada francesa, embora, atualmente, eles não sejam associados de imediato à constituição da disciplina. Para Claude Pichois, por exemplo, eles são os seus “verdadeiros iniciadores” (1983, p. 18), a medida que propõem uma primeira onda de comparatismo sistemático e institucional no país.

O estabelecimento de um diálogo com esse referencial teórico e seus pressupostos, intermediado por suportes comunicacionais como a *Revue des deux mondes* e a *Revue de Paris*, que publicavam, de forma seriada, cursos ministrados na academia, aponta para o fato de Azevedo se aproximar de uma perspectiva cosmopolita para pensar a literatura de forma ampla, bem como a sua manifestação nascente no Brasil. Antonio Candido já assinalou a “vocaçãocomparatista espontânea e informal” (1993, p. 213) presente entre os escritores e críticos brasileiros, assinalável desde o tempo do romantismo e bastante evidente, por exemplo, no jogo de epígrafes por eles utilizado. Sua principal finalidade era garantir “um sentimento confortante de parentesco” com os europeus (1993, p. 211). A intersecção entre o trabalho crítico de Azevedo e as propostas desse grupo de professores franceses sugere, senão um comparatismo intencional, já que ainda não se poderia falar na disciplina como tal, ao menos uma postura teórica relativamente orientada, não apenas para o delineamento de um parentesco, mas para o destaque de uma interdependência cultural vigente mesmo entre as literaturas ditas matriciais.

“Literatura e civilização em Portugal” deixa entrever, pela sua própria estrutura, as premissas concernentes aos estudos de literaturas estrangeiras. Escrito em 1850 e publicado postumamente em 1855, ele apresenta um objetivo claramente definido e posto no primeiro parágrafo: o de discutir a “marcha simultânea da civilização e poesia em Portugal” (AZEVEDO, 2000, p. 822 e 823). Para Azevedo, existiria uma “íntima ligação das literaturas e das civilizações; da poesia e do sentir e crer dos povos” (2000, p. 712). Nesse sentido, ele divide a história literária lusa em duas fases: a heroica, que corresponde ao esplendor das conquistas e do império ultramarino, cujo auge situa-se no século XVI, e tem como principais representantes a obra épica de Camões e a tragédia *Castro*, de Antônio Ferreira. E a negra, que corresponde à decadência desse mesmo império, que culmina com a independência do Brasil. Mesmo que esse processo envolva o século XIX, é ao anterior que ele remonta e, dessa forma, Azevedo aponta a lírica intimista e melancólica de Bocage como expressão desse mal-estar.

Porém, é o percurso que o autor promove ao longo de seu ensaio para chegar a essas fases e mesmo a maneira como comenta os expoentes do cânone português que sugerem a apropriação dos estudos de literaturas estrangeiras. Assim, logo que expõe seu objetivo principal, Álvares de Azevedo parece postergá-lo ao lançar-se num prólogo em que procura demonstrar relações especulares entre a literatura de um povo e seu panorama social. Ele passa, dessa forma, por três regiões, o Norte da Europa, a Arábia e a Índia, para só então abordar as letras portuguesas, não sem antes comentar o processo de formação e independência do território luso, a partir de suas diversas relações com a vizinha Espanha.

Ao analisar esse ensaio e, em particular, esse movimento da argumentação de Azevedo, Cilaine Alves Cunha pontua que

caso o leitor consiga atravessar o aparente despropósito da primeira parte e alcançar o segmento denominado “Portugal, duas palavras”, vai perceber que a parte antecedente funciona como um preâmbulo descritivo dessa segunda seção. É apenas aí que o preâmbulo e sobretudo seu objetivo principal são assumidos como tais: remontar a cultura portuguesa à espanhola que, por sua vez, é tomada como produto das civilizações arábicas, gótica, greco-romana e púnica (2001, p. 15).

De fato, na sessão intitulada “Portugal, duas palavras”, Álvares de Azevedo explica ao seu leitor que coloca ali “uma tendência nossa, alentada fundamente de há muito” (2000, p. 712). Essa tendência compreende uma tese que diz respeito à multiplicidade de fatores envolvidos na constituição de uma tradição literária e a

impossibilidade de se encontrar uma origem unívoca à qual todos esses fatores remetam. Assim, ao introduzir seus comentários sobre a literatura espanhola, antes de comentar a portuguesa propriamente dita, o autor afirma que é “da variedade de fontes”, “desse variegado de materiais [que] deve nascer a originalidade, o caráter às vezes exagerado de uma literatura” (2000, p. 712). É notável, nesse sentido, ao longo de todo o ensaio, o emprego de diversas metáforas hídricas que representam a situação de imiscuição e propagação operantes a partir dos contatos entre os povos, apoiadas em termos como ‘marés’, ‘fluxo’, ‘infusão’, ‘amálgama’, que sugerem a ideia de circulação cultural.

A visão plural e heterogênea construída nesses primeiros passos do texto encaminha-nos à noção, formatada por Georges Gusdorf, de cosmopolitismo da diferença, segundo a qual “à Cosmópolis intelectual sem fronteiras, à Europa da homogeneidade, sucede uma Europa das fronteiras e das diferenças” (1993, p. 290). O traço comum entre todos os povos europeus seria precisamente o fato de serem diferentes entre si, característica que deveria ser valorizada, pois mesmo a definição do nacional se daria por meio de um processo de alteridade. A possibilidade de um intercâmbio, a partir dessa perspectiva, está posta e é desejada, ao menos num nível intelectual, como pode ser visto nessa passagem de Philarète Chasles, publicada na *Revue de Paris*, em 1835: “Todo povo sem comércio intelectual com outros povos não passa de um fio rompido da grande rede” (1835, p. 250).

Ademais, a escolha das regiões comentadas por Azevedo em seu prólogo não é fortuita, pois ela remete às culturas então em voga graças aos estudos de literaturas estrangeiras e, sobretudo, à importância da filologia para que as inferidas ligações entre elas fossem cientificamente verificáveis. Nesse sentido, nota-se um deslocamento do cânone greco-latino, no prólogo de “Literatura e civilização em Portugal”, por intermédio dos comentários sobre Islândia, Arábia e Índia, culturas não tão abordadas pelos estudos anteriores de literatura, mas que ganharam relevo a partir do Romantismo. Nota-se como todas essas outras culturas, até então tidas como marginais, vão sendo dotadas de importância e mesmo consideradas como formadoras de outras civilizações mais centrais, ou outrora centrais na dinâmica do continente europeu, caso de Espanha e Portugal.

A partir das teorias filológicas acerca do tronco linguístico indo-europeu, tornaram-se frequentes pesquisas sobre a literatura e a língua antiga da Islândia, por exemplo, pois essa ilha poderia ser um repositório ancestral no qual outras culturas

beberam. Uma outra fonte seria a Índia, por isso, é ao tratar da literatura ali produzida que Álvares de Azevedo faz sua primeira menção à língua como um dos principais elementos da herança cultural de um povo. Além da paisagem, da religião e da arquitetura, traços que compõem um tipo de levantamento etnográfico comum aos estudos de literaturas estrangeiras, também presente na vocação sociológica da literatura comparada, Azevedo destaca o sânscrito como um dos elementos mais marcantes da cultura hindu. Para o ensaísta, essa língua era “a base certa dos dialetos hindustânicos, e segundo presunções muito prováveis da ciência, origem do Persa, do Grego, do Etrusco, e do idioma gutural das raças teutônicas” (2000, p. 716).

A questão que se esboça, então, é a da importância da língua como mecanismo transmissor das tradições orais, literárias, mitológicas etc., e a sua potencialidade de ramificação em outras, gerando novos produtos culturais, que ainda podem conservar em si o gérmen dos anteriores. Xavier Marmier, num artigo publicado pela RDM, em 1836, elege os estudos filológicos como melhor ferramenta para análise dos fluxos migratórios dentro do continente, revelando parentescos inauditos. Segundo ele, “nós poderíamos fazer o mapa geográfico de todas essas línguas, segui-las como se fossem rios em suas sinuosidades, em suas conquistas, e, com base nos estudos filológicos, constatar a migração dos povos, melhor do que jamais foi feito por meio de outras aproximações.” (1836, p. 480).

É justamente o aporte trazido pelos estudos filológicos, aliado às discussões promovidas na imprensa brasileira ao longo da década de 1840, que propiciará a Azevedo o argumento de que não haveria vantagem em separar a literatura brasileira daquela produzida em Portugal, em prol da adoção da temática indígena, cuja utilização fomentaria uma literatura verdadeiramente nacional. Além dessa ruptura não se justificar do ponto de vista da evolução linguística, já que, segundo ele “sem língua à parte não há literatura à parte” (2000, p. 715), ela significaria a incomunicabilidade com todo o repositório maior da cultura ocidental.

Álvares de Azevedo faz essa notável inflexão frente ao projeto maior do Romantismo brasileiro, afirmando tratar-se apenas de uma simples digressão do plano inicial de seu estudo. Porém, seu interesse se revela maior ao observarmos a maneira como ele, a nosso ver, vale-se de mais um dos recursos utilizados pelos professores de literaturas estrangeiras: o método binário. Introduzido na França ao menos a partir dos escritos de Madame de Staël, tal método, de forma geral, consiste em uma aproximação contrastiva, que opõem dois polos, com vistas a evidenciar as características nacionais

de cada um deles. Edmir Missio, ao analisar o emprego desse método na obra de Staël, observa que “a análise contrastiva propicia o estabelecimento de uma relação de alteridade pela qual ambos os países se complementam nas suas diferenças [...]” (1997, p. 98). Pode-se dizer que ao observar as particularidades do outro, é possível dar-se conta de si mesmo.

No ensaio alvaresiano, a percepção de que “os clarões dos céus espanhóis” são nítidos “sobre o espírito dessas nossas letras pátrias”, impele Azevedo a orientar-se binariamente, a fim de demonstrar as similitudes entre Espanha e Portugal e em que ponto ou, talvez, de que forma, este último se autonomiza e passa a produzir uma literatura própria. Ao “historiar fatos da Península” de forma bastante sumária, Álvares de Azevedo destaca o processo de autonomização do Condado Portucalense, pois é a partir daí que se pensa a criação de “uma outra Hispânia independente e livre”. Porém, mesmo que se possa considerar esse momento como um dos marcos da nacionalidade portuguesa, Azevedo passa a ponderar a existência de “uma unidade que resumiu aquelas duas nações” (2000, p. 714), mesmo após esse marco: o castelhano.

Essa relativa unidade persiste ainda por muito tempo, apontando para o fato de que não é somente um evento político o garantidor de uma literatura genuinamente nacional. O autor conclui que é apenas com a epopeia de Camões que ocorre “a inteira separação de literaturas, e em Portugal o timbre de apurado estudo, e a preferência das falas nacionais” (2000, p. 715). Porém, mesmo após esse forte indício de separação entre as duas literaturas, o ensaísta ainda verifica diversas contiguidades entre o gênio espanhol e o português, como a índole guerreira dos dois povos, advinda das longas guerras de reconquista do território. Esse caráter, manifestado anteriormente pela épica, faz-se sentir mesmo na literatura portuguesa do oitocentos, no que acompanha a espanhola, conforme exemplos arrolados pelo autor:

A literatura moderna portuguesa de hoje tem tido seu aluziar, seus relumbres do mesmo gênio, e nisso tem acompanhado a espanhola. Pelos poetas que levaram arma ao ombro na guerra da cara em Portugal, a Espanha tem os constitucionais Lara, Espronceda e Zorrilla (2000, p. 718).

Ao longo de seu contraste, ele evoca também outras semelhanças de maior escala, como o percurso feito pelas duas nações na sua expansão rumo a territórios inexplorados:

A sina das duas nações, ou antes a história dos povos, é a mesma: e para evitar o transbordar de uma na outra, um Papa alinhava no globo a raia

limítrofe dos dois povos no novo mundo. Navegações, conquistas – tudo ia-lhes de par [...] (2000, p. 718).

Se essa ligação ainda existia entre Espanha e Portugal, cuja separação linguística datava ao menos a partir do século XVI, é certo que se poderia pensar semelhante vínculo entre este e o Brasil. É preciso, além de eventos políticos, tempo e a manutenção de um diálogo com a tradição para que se constitua um cânone literário. Nesse sentido, Cilaine Alves Cunha considera que, para Azevedo, a literatura

só se nacionaliza ao longo do desenvolvimento da nação em civilização, quando os fatores históricos já tiverem sido postos e assimilados pelo *ethos* da população e por seus escritores, constituindo-se paulatinamente, com sua retomada e continuidade de uma época em outra (2001, p. 16).

Por isso, o contraste binário proposto por Azevedo termina numa obra como a de Camões, que conjuga lances da história lusa, a uma forma literária da tradição, que é apropriada pelo autor conforme as suas necessidades, e plasmada numa língua própria. É significativo que os exemplos recortados para representar a fase heroica circunscrevam-se justamente ao episódio de Inês de Castro, tão caro à memória portuguesa. Ele aparece representado em dois gêneros distintos, o épico e o dramático, é retomado ao longo dos séculos e mesmo por autores do século XIX, caso da *Nova Castro*, de João Batista Gomes. Essas retomadas de um mesmo motivo, aliadas a uma fatura própria que vai relendo tanto o motivo, quanto as formas literárias da tradição, produzem a especificidade e a originalidade de uma literatura.

Conclusão

Como esboço de conclusão, é possível sinalizar que Álvares de Azevedo se vale de alguns passos comuns aos estudos de literaturas estrangeiras para pensar a literatura portuguesa e, conseqüentemente, os caminhos propostos por nossos românticos para a literatura brasileira. A construção de uma visão heterogênea da cultura, apoiada numa perspectiva filológica, compõe um panorama rico com o qual as expressões literárias devem dialogar para enriquecer-se. Por outro lado, o emprego de uma orientação binária evidencia o específico de cada literatura e, sem abandonar a alteridade, destaca o seu caráter original. Portanto, a apropriação não estrita dessa abordagem “proto” comparatista permite a Álvares de Azevedo pensar a unidade entre as literaturas, e aquela entre a portuguesa e a brasileira, como algo positivo e necessário ao

desenvolvimento da especificidade. Edgar Quinet, em aula inaugural proferida em Lyon (1839), diz que a unidade dos povos e a fraternidade entre eles permite a diminuição das austeridades, pois à medida em que se conhecem as diferenças, passa-se a compreendê-las e respeitá-las (APUD GUSDORF, 1993, p. 310). Ao se colocar nesse ângulo, Azevedo, além de contribuir com o debate oitocentista sobre o projeto romântico brasileiro, aloca nossas letras e nossa crítica no movimento então em voga na intelectualidade ocidental.

Referências

- AZEVEDO, Álvares. *Obras Completas*. Alexei Bueno (org.). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000.
- BRUNEL, Pierre, PICHOIS Claude & ROUSSEAU André-Michel. *Qu'est-ce que la littérature comparée?* 3ª Ed. Paris: Armand Colin Éditeur, 1983.
- CANDIDO, Antônio. “Literatura comparada”. In: _____. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, 211 a 215.
- CHASLES, Philarète. “Cours de M. Philarète Chasles à L’Athénée: Littérature étrangère comparée (séance d’ouverture). *La revue de Paris*. Tome XIII, nouvelle série, 1835, pp. 238 a 262.
- CUNHA, Cilaine Alves. “Palpites dissonantes de brasileirismo em Literatura e civilização em Portugal”. In *Literatura e autoritarismo: coleções e ensaios*. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação. N. 4, 2001, pp. 15 – 26.
- GUSDORF, Georges. *Le romantisme I: le savoir romantique*. Paris: Éditions Payot & Rivages, 1993.
- MARMIER, Xavier. “Lettres sur l’Islande. V. Langues et littératures”. *Revue des deux mondes*. Tome VIII, série 4. Aux bureaux de la RDM, 1836, pp. 478 a 494.
- MISSIO, Edmir. *De l’Allemagne de Mme de Staël: apresentação e tradução de textos escolhidos*. 1997. 120f. Dissertação (Mestrado em Teoria Literária). Instituto de Linguagem da Universidade de Campinas, 1997.